

PROCESSO SPI Nº [•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº [•]/[•]

**ANEXO R – DIRETRIZES PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE  
CONTAS**

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/[•]**

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO, REFORMAS, ADEQUAÇÕES  
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO NOVO CENTRO  
ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## ÍNDICE

1.	CAPÍTULO I: DIRETRIZES GERAIS.....	3
2.	CAPÍTULO II: DA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FIDUCIÁRIO.....	4
3.	CAPÍTULO III: DA CONSTITUIÇÃO DO APORTE.....	5
4.	CAPÍTULO IV: DO FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA.....	5
5.	CAPÍTULO V: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES .....	7
6.	CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS .....	10

## **1. CAPÍTULO I: DIRETRIZES GERAIS**

- 1.1. O presente ANEXO estipula as diretrizes obrigatórias mínimas para celebração, entre o PODER CONCEDENTE, a ARSESP, a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, necessário para operacionalizar o SISTEMA FIDUCIÁRIO da CONCESSÃO.
- 1.2. Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste ANEXO, os termos grafados em letras maiúsculas e não definidos expressamente de outra forma neste ANEXO terão os mesmos significados a eles atribuídos no CONTRATO DE CONCESSÃO, de acordo com o ANEXO L – GLOSSÁRIO, aplicando-se, igualmente, as disposições definidas no CONTRATO DE CONCESSÃO a respeito de sua interpretação.
- 1.3. O SISTEMA FIDUCIÁRIO deverá dispor de uma CONTA CENTRALIZADORA para realização dos pagamentos do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários.
  - 1.3.1. A CONTA CENTRALIZADORA desempenhará as seguintes funções:
    - a) Receber recursos do PODER CONCEDENTE para realização dos pagamentos estabelecidos no CONTRATO DE CONCESSÃO e neste ANEXO, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários; e
    - b) Realizar o pagamento do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, e das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários.
- 1.4. A CONTA CENTRALIZADORA deverá ser mantida aberta e em pleno funcionamento durante toda a vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO e somente poderão ser encerradas em caso de celebração de CONTRATO com novo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

caso sejam previamente abertas novas contas bancárias com as mesmas finalidades.

## **2. CAPÍTULO II: DA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FIDUCIÁRIO**

2.1. O PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, como condição para a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS como AGENTE FIDUCIÁRIO, de modo a estabelecer o SISTEMA FIDUCIÁRIO, que deverá observar as diretrizes estabelecidas neste ANEXO, bem como as obrigações e demais disposições do CONTRATO e seus ANEXOS, em especial, os do ANEXO G – APORTE PÚBLICO.

2.1.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar a abertura da conta bancária às quais serão atribuídas as funções de CONTA CENTRALIZADORA em nome do PODER CONCEDENTE, e, por meio do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, outorgar plenos poderes ao AGENTE FIDUCIÁRIO para sua gestão.

2.1.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar a abertura da conta bancária, em seu nome, à qual será atribuída a função de CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, cujos dados deverão ser informados ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.1.3. Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO, uma vez celebrado o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e sem necessidade de qualquer manifestação ou autorização adicional do PODERCONCEDENTE, da ARSESP e da CONCESSIONÁRIA:

- a) A partir da ORDEM DE INÍCIO realizar a segregação dos valores relativos ao APORTE, observado o disposto neste ANEXO;
- b) Após a emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO da 1ª (primeira) QUADRA entregue pela CONCESSIONÁRIA, a segregação mensal do valor equivalente à PARCELA FIXA da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA;
- c) Após a emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO da 1ª (primeira) QUADRA e até o fim do primeiro semestre de operação, tendo como base a emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO da 1ª (primeira) QUADRA, a segregação mensal de uma CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA;

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

- d) Quando houver a necessidade de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, juntamente ao passo definido na alínea “c” acima, segregar o valor proporcional à ORDEM DE SERVIÇO COMPLEMENTAR emitida pelo PODER CONCEDENTE, no mês imediatamente subsequente ao da sua emissão; e

2.1.4. Após a celebração do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS entre as PARTES, ARSESP e AGENTE FIDUCIÁRIO, a CONCESSIONÁRIA poderá providenciar seu registro perante Cartório de Títulos e Documentos do local da sede do PODER CONCEDENTE.

### **3. CAPÍTULO III: DA CONSTITUIÇÃO DO APORTE**

3.1. O valor do APORTE deverá ser segregado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO na CONTA CENTRALIZADORA em até 1 (um) mês anterior à data prevista para o seu pagamento, conforme ANEXO G – APORTE PÚBLICO e o PLANO DE EXECUÇÃO aprovado.

3.1.1. O PODER CONCEDENTE, com base no relatório fornecido pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, deverá disponibilizar o valor devido a título de APORTE, para efeitos da segregação prevista no item 3.1.

### **4. CAPÍTULO IV: DO FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA**

4.1. A CONTA CENTRALIZADORA será movimentada, com exclusividade, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para realização dos pagamentos do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários, das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO devido mensalmente à ARSESP pela CONCESSIONÁRIA, observadas as seguintes ações:

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

4.1.1. No prazo máximo de até 1 (um) mês da data de seu pagamento e, enquanto perdurar a obrigação, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá segregar, na CONTA CENTRALIZADORA, o valor correspondente ao APORTE devido à CONCESSIONÁRIA, observadas as condições para sua constituição disciplinadas pelo item 3 e o cronograma previsto para o desembolso gradativo do APORTE.

5.1.1.1. Caso o PODER CONCEDENTE realize o pagamento direta e tempestivamente, nos termos da Cláusula 15.5.2 do CONTRATO, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá retornar o valor segregado para a CONTA CENTRALIZADORA.

4.1.2. A partir da emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO para a 1ª (primeira) QUADRA, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá segregar na CONTA CENTRALIZADORA o valor correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA e à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR até, no máximo, o 24º (vigésimo quarto) dia de cada mês, nos termos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 2.1.3.

5.1.2.1. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não receba até o 24º (vigésimo quarto) dias de cada mês uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO, deverá retornar o valor segregado para a CONTA CENTRALIZADORA até o 25º dia de cada mês.

5.1.2.2. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO receba, até o 24º (vigésimo quarto) dia de cada mês, uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO da CONCESSIONÁRIA, deverá:

- a) Transferir, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONCESSIONÁRIA, até o 26º (vigésimo sexto) dia de cada mês a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA; e
- b) Quando houver a necessidade de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, juntamente ao passo definido na alínea “a” acima, transferir o valor proporcional à ORDEM DE SERVIÇO COMPLEMENTAR, no mês

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

imediatamente subsequente ao da segregação do valor, conforme alínea “d” do item 2.1.3.

4.1.3. Após os pagamentos realizados nos itens 5.1.1 e 5.1.2, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá manter eventual saldo remanescente na CONTA CENTRALIZADORA.

4.1.4. Os pagamentos dos valores devidos à título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR e APORTE são independentes entre si, não se aplicando o instituto da mora cruzada entre eles em desfavor do PODER CONCEDENTE.

## **5. CAPÍTULO V: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES**

5.1. Serão obrigações mínimas do PODER CONCEDENTE, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

- a) Garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, durante todo o período de vigência de cada CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos conferidos às PARTES no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS sejam efetivadas em estrita conformidade com a lei e com a devida motivação;
- b) Não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA;
- c) Garantir que a CONTA CENTRALIZADORA seja mantida aberta por todo o prazo de vigência do CONTRATO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último, livres de quaisquer restrições, e viabilizar, sempre que necessária, a imediata abertura de nova CONTA CENTRALIZADORA, a fim de assegurar a continuidade dos fluxos de pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação, do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS;
- d) Se necessário, designar dotação orçamentária com a finalidade de suportar e/ou

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

complementar o custeio do SISTEMA FIDUCIÁRIO;

- e) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
  - f) Informar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, por escrito, a existência de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que possa afetar os direitos da CONCESSIONÁRIA e os recursos depositados no SISTEMA FIDUCIÁRIO;
  - g) Indicar preposto que estará autorizado a acessar extratos e realizar outras operações permitidas no SISTEMA FIDUCIÁRIO;
  - h) Informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO as datas previstas para pagamento de APORTE, assim que aprovado ou alterado o PLANO DE EXECUÇÃO, além do valor do APORTE efetivamente devido à CONCESSIONÁRIA, observada a periodicidade semestral e valor máximo de pagamento delimitados no CONTRATO e ANEXO G – APORTE PÚBLICO;
  - i) Observar o procedimento previsto na Cláusula 16 do CONTRATO relativamente ao pagamento do APORTE em função do cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos marcos previstos no ANEXO G – APORTE PÚBLICO;
  - j) Realizar o pagamento do APORTE, CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, de forma direta e tempestiva, valendo-se de recursos orçamentários.
- 5.2. É obrigação mínima da ARSESP, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO, informar, mensalmente, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO ao AGENTE FIDUCIÁRIO.
- 5.3. Serão obrigações mínimas do AGENTE FIDUCIÁRIO, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou



PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

- a) Garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;
  - b) Atuar, na qualidade de administrador da CONTA CENTRALIZADORA, como fiel depositário dos valores nela depositados, realizando, tempestivamente, as transferências e os pagamentos devidos, conforme previsto no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO;
  - c) Desempenhar, única e exclusivamente, as funções expressamente previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, como o saque ou a transferência de numerários de maneira independente;
  - d) Recusar-se a efetivar determinações do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e da CONCESSIONÁRIA que contrariem, expressamente, as disposições do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS; e
  - e) Fornecer ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP e à CONCESSIONÁRIA, sempre que solicitadas, as informações da CONTA CENTRALIZADORA, em prazo hábil.
- 5.4. Serão obrigações mínimas da CONCESSIONÁRIA, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:
- 5.4.1. Realizar a abertura, em nome do PODER CONCEDENTE, da CONTA CENTRALIZADORA, bem como em nome próprio da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, e arcar com todos os encargos e taxas de abertura e manutenção da CONTA CENTRALIZADORA e da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO;

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

5.4.2. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia do CONTRATO DE CONCESSÃO, do PLANO DE EXECUÇÃO aprovado e de suas eventuais alterações;

5.4.3. Garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e de acordo com as boas práticas do mercado; e

5.4.4. Realizar o pagamento da remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO pela prestação dos serviços objeto do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.

## **6. CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser notificado de eventuais irregularidades na prestação dos serviços e será responsabilizado caso não as sane em prazo hábil.

6.2. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá prever penalidades para a hipótese de inadimplemento das obrigações das partes.

6.3. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS permanecerá vigente durante todo o prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último.

6.4. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá prever que, caso a CONCESSIONÁRIA empenhe, ceda ou, de qualquer outra forma, transfira aos FINANCIADORES os direitos creditórios relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá realizar os pagamentos de valores relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, diretamente aos FINANCIADORES, mediante notificação dos FINANCIADORES.

6.5. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS poderá ser rescindido de comum acordo entre as PARTES, hipótese na qual um novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE

PROCESSO SPI Nº[•]  
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]  
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

CONTAS deverá ser previamente celebrado, tendo o mesmo objeto e condições contratuais, com prazo de vigência a iniciar no dia útil seguinte ao da rescisão do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS anterior, considerado o tempo de vigência remanescente do CONTRATO DE CONCESSÃO.

- 6.6. É facultado à CONCESSIONÁRIA solicitar a extinção do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e, superveniente, a celebração de novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS tendo o mesmo objeto e condições contratuais, na hipótese de atraso, por conduta atribuível ao AGENTE FIDUCIÁRIO, superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS EFETIVAS e/ou das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS COMPLEMENTARES, bem como do pagamento dos APORTES que lhe forem devidos e/ou na hipótese de qualquer hipótese de inadimplemento parcial por parte do AGENTE FIDUCIÁRIO que inviabilize ou onere excessivamente a CONCESSÃO.
- 6.7. Poderão ser instaurados procedimentos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO em caso de discordância entre as PARTES sobre os valores devidos à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do pagamento dos valores incontroversos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme indicado na ORDEM DE PAGAMENTO ou ORDEM DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR recebida.